

Sociologia

Profa. Bianca Ruskowski

A INSTITUIÇÃO FAMILIAR

Marilda Iwaya

Por que estudamos sobre a família? Que objetivos tem a sociologia ao propor o estudo deste assunto?

Certamente não pretendemos chegar a nenhum consenso, a nenhuma verdade única, como também não iremos lhes apresentar um belo modelo familiar a ser seguido. Nosso objetivo neste caso é problema-tizar! Sim, problematizar para que possamos nos situar melhor na sociedade, compreender nossa origem social e as implicações daí decorrentes, e a partir disso podermos escolher e encontrar nosso lugar no mundo, mantendo os vínculos familiares que nos forem importantes e abandonando sem culpa aqueles que nos fazem mal. E como faremos esta problematização? Primeiramente conhecendo como a Sociologia define e classifica as organizações familiares. Após, teremos contato com os resultados de algumas pesquisas antropológicas que ilustram a respeito da diversidade familiar encontrada pelo mundo afora. Finalmente, discutiremos sobre as mudanças pelas quais passam as famílias nas sociedades contemporâneas e as alternativas buscadas pelos grupos humanos, na tentativa de encontrar formas mais harmoniosas e saudáveis de se viver. Então, conseguiremos relativizar a respeito desta questão, ou seja, não nos utilizarmos somente do ponto de vista individual para analisar uma situação (neste caso a familiar), mas podermos vê-la a partir de outros referenciais teóricos e sociais. Vamos a alguns conceitos:

**Família é um agrupamento de pessoas cujos membros possuem entre si laços de parentesco, podendo ou não habitarem a mesma casa.** Por exemplo, um pai separado continuará fazendo parte da família de seu filho (mas não de sua ex-mulher), embora esteja morando em outra casa. Quando uma família é composta por pai, mãe e filhos, ela é chamada de **família nuclear**. Quando outros parentes, como avós ou tios convivem com o casal e seus filhos, temos o que se chama de **família extensa**. Os laços de parentesco são estabelecidos a partir da consangüinidade ou do casamento. Os casamentos ou uniões conjugais podem ser classificados basicamente de duas formas: **monogâmicos** – é a união de um homem ou de uma mulher com um único cônjuge; e **poligâmicos** – que é a união de um homem ou uma mulher com mais de um cônjuge.

No mundo ocidental, a poligamia é ilegal, embora os meios de comunicação e a literatura vez ou outra nos relatem casos de pessoas que vivem conjugalmente com mais de um marido ou mais de uma esposa.

Na perspectiva da Sociologia Funcionalista (Durkheim, Parsons), a família nuclear é considerada uma unidade fundamental para a organização da sociedade, pois detém as funções de transmitir às crianças as regras básicas da sociedade, bem como de proporcionar estabilidade emocional a seus membros. Mas, para estes sociólogos a grande importância da família refere-se à divisão de tarefas, que permite que um dos adultos saia para trabalhar enquanto o outro cuida da casa e dos filhos.

Hoje, esta interpretação é considerada conservadora, pois pressupõe que a divisão das tarefas domésticas é um dado natural. Da mesma forma, as funções referentes à educação dos filhos, antes atribuídas somente à família, são cada vez mais divididas com outras instituições como o Estado, a escola e creches, além da forte influência exercida pelos meios de comunicação. Muito bem! Após estas informações básicas vamos ao que interessa mais especificamente no pensamento sociológico. Ou seja, indagar, questionar, desconstruir o que parece “normal”, ou “natural”, ir na contra-mão de verdades repetidas anos a fio, romper com o que é aparente, e buscar o que está oculto, o que não é visível aos olhos da maioria, mas que pode ser apreendido pelos olhos curiosos da Sociologia. Desenvolvendo esta forma de olhar, nosso estudo ganhará sentido e perceberemos a sua importância em nossas vidas. Quem sabe nosso objeto de estudo possa até tornar-se Sujeito, com todas as prerrogativas que lhe cabe! **Então, vamos à primeira pergunta:** Há algo mais intrinsecamente ligado a nós do que a nossa família? É provável que não. No entanto, por que tão poucas vezes paramos para refletir sobre este assunto? Uma das respostas pode estar ligada aos ensinamentos que recebemos da ciência e da escola, que nos dizem que as coisas que estão longe de nós é que são importantes, como os afluentes do rio Nilo ou a dinastia do reino Franco, ao passo que a nossa história, nossas inquietações não são dignas de estudo e pesquisa. Talvez este seja um dos motivos que nos leva a crer que o mundo em que vivemos não nos pertence, e assim pouco importa que nossos direitos sejam roubados e que nossas vidas sejam somente objeto de estudo para pesquisadores bem intencionados.

Então pessoal! Vamos continuar pensando: Será que a família sempre se organizou desta forma nuclear – pai, mãe e filhos? Observe que sempre começando pelo pai. Por que será? Será que as regras para o casamento são iguais em todas as sociedades? Você sabe por exemplo, que uma das regras na nossa sociedade é de que não podemos casar com os nossos irmãos ou irmãs. Será que esta instituição chamada família sempre existiu? Será que a forma de organização familiar, como nós conhecemos hoje, é uma necessidade dos grupos humanos? As respostas são: Não. Não. Não e não! Portanto, vamos às explicações: a complexidade que cerca as formas de organizações familiares é semelhante à profusão de sentimentos que estas nos despertam, como foi colocado nas primeiras páginas deste texto. Os exemplos de famílias que conhecemos e que parecem quase eternos são apenas algumas das muitíssimas possibilidades de agrupamentos familiares conhecidos na história. Antropólogos como Lewis Morgan (1818 - 1881), Bronislaw Malinowski (1884 - 1942), Claude Lévi-Strauss (1908 - ), ou cientistas sociais como Friedrich Engels (1820 - 1895), entre outros, buscaram em suas pesquisas as várias combinações criadas pelo ser humano para se organizarem socialmente.

Primeiramente é preciso esclarecer que não há uma escala evolutiva das sociedades humanas que caminharam das famílias poligâmicas para as monogâmicas. Essas duas formas básicas de casamento sempre coexistiram em toda a história da sociedade humana, o que indica que não há relação de superioridade ou inferioridade entre elas. Inclusive em alguns grupos sociais verificou-se a existência de ambas no mesmo tempo histórico. Seria correto afirmar que a família é uma instituição que surge das necessidades naturais do ser humano (a procriação, por exemplo), ou seria também uma construção cultural, embasada em regras e valores? Esta é uma questão com muitas respostas. O que se sabe, à partir de inúmeros estudos antropológicos é que podemos encontrar, mesmo nos mais remotos grupos humanos, regras que autorizam ou proíbem alguns tipos de união. Por exemplo, não se casar com o irmão, ou com o tio. Esta prática é chamada de **incesto**. Portanto, uma relação incestuosa seria uma relação proibida, ou negada, numa dada sociedade. Conclui-se daí, que quando o ser humano estabelece tais regras, ele está procurando expandir seu pequeno grupo, sair de sua família biológica. Vamos a alguns exemplos de agrupamentos familiares distintos dos nossos conhecidos: os iroqueses (tribos norte-americanas), estudados por L. Morgan, consideram como seus filhos não somente os seus próprios, mas também os de seus irmãos, os quais também o chamam de pai. Os filhos de suas irmãs, por sua vez, são tratados como sobrinhos.

A iroquesa, por sua vez, considera como seus filhos aqueles provenientes de sua irmã, enquanto os filhos de seus irmãos são chamados de sobrinhos. Essas denominações implicam numa série de deveres e de obrigações de cada um dos membros, e que irão configurar o sistema social desses agrupamentos. Estamos acostumados hoje com o fato de cada filho ter apenas um pai e uma mãe, no entanto, em muitas sociedades é comum que cada filho tenha vários pais e várias mães. Nos casos em que seja praticada a poligamia (pelos homens) e a poliandria (pelas mulheres), os filhos de um e de outros são considerados comuns, e responsabilidade de ambos.

B. Malinowski, em suas pesquisas com os nativos das ilhas Trobriand, um arquipélago de coral situado a nordeste da Nova Guiné, denominados papuamelanésia, verificou que estes constituem-se numa sociedade matrilinear. Isto quer dizer que a mãe é a referência para o estabelecimento das relações de parentesco, e de descendência, assim como cabem às mulheres as maiores responsabilidades nas atividades econômicas, cerimoniais e mágicas. O pai, mesmo acompanhando o crescimento dos filhos, é considerado simplesmente como o marido de sua mãe, não estabelecendo nenhum vínculo maior com estes. As famílias matrilineares estiveram presentes durante muito tempo em diferentes lugares do mundo, e, segundo F. Engels, o desmoronamento deste tipo de organização familiar está relacionado com a prática do escravismo. O escravismo nas sociedades antigas é decorrência de vitórias ou derrotas nas guerras entre as tribos. Com a vitória, o homem apoderava-se das terras, rebanhos, prisioneiros (futuros escravos), da direção da casa e da mulher, que aos poucos torna-se servidora do homem. Temos aí o gérmem da família patriarcal – aquela em que o homem, o pai, é senhor absoluto de todos que vivem sob o seu domínio. Este, o chefe, permanece vivendo em poligamia, enquanto sua mulher e os outros membros de sua família devem-lhe total fidelidade.

Em sua origem latina, a palavra família provém de *Famulus*, que significa escravo doméstico, e família é o conjunto dos escravos pertencentes a um mesmo homem. O direito romano conferia ao pai o direito de vida e morte sobre todos que viviam sob suas ordens – esposa, filhos, escravos. Para Marx, “(...)a família moderna contém em seu germe, não apenas a escravidão como também a servidão, pois, desde o começo, está relacionada com os serviços da agricultura. Encerra em miniatura todos os antagonismos que se desenvolvem, mais adiante, na sociedade e em seu Estado”. (Marx apud Engels,1978: 62), ou seja, a desigualdade e a opressão da sociedade de classes capitalistas. Podemos encontrar exemplos de família patriarcal muito próximos de nossa história, no período denominado Brasil Colônia. O protótipo da família patriarcal brasileira é a família latifundiária, embora este modelo possa ser encontrado também nos meios urbanos, entre classes de não-proprietários de terras, como profissionais liberais, comerciantes, militares, etc. No momento de organizarem suas famílias não havia dúvida de que cabia ao pai o papel principal e determinante de todas as outras relações entre mãe, filhos e empregados.

Na família patriarcal o pai é o grande proprietário: das terras, dos bens e das pessoas que habitam suas terras, não importando se estes estão ligados por laços sangüíneos ou não. O pai concentra todas as decisões, sejam referentes aos destinos da terra ou das pessoas, como o chefe de um clã. E todas as ações giram em torno da manutenção da propriedade. Este tipo de organização familiar faz com que esta se volte somente para si mesma, para seus próprios interesses, sendo a sociedade e o Estado instâncias secundárias. Não há a preocupação com a formação de cidadãos, mas somente de parentes ou agregados preparados para servir aos interesses do patriarca. As mulheres (esposa e filhas), são figuras quase invisíveis deste tipo de sociedade. Saem pouquíssimas vezes de casa (geralmente em festas religiosas), não aparecem para os visitantes, são proibidas de estudar, envelhecem cedo, pois casam-se ainda meninas (em torno dos 13 – 14 anos), têm vários filhos, praticamente não fazem exercícios (têm escravas para todos os afazeres domésticos). Os maridos para as filhas são escolhidos pelo pai, sendo o principal critério o volume de posses do pretendente.

Muitas vezes estas eram obrigadas a casarem-se com homens muito mais velhos, mas já estabelecidos economicamente. Os filhos, homens, tinham outras funções: ao mais velho cabia herdar e administrar a propriedade paterna, ao segundo cabia seguir a carreira eclesiástica. Constituía-se em motivo de orgulho e quase uma obrigação toda família “de bem”, formar um padre. O terceiro filho deveria prosseguir os estudos na capital ou na Europa, tornando-se “doutor”, provavelmente bacharel em direito ou médico. Este modelo de família nuclear e patriarcal tornou-se ao longo da história do Brasil sinônimo de honra e respeitabilidade, seguido não só pelas classes mais abastadas, mas também pelas classes médias. Gilberto Freye, sociólogo brasileiro, estudioso da formação da sociedade patriarcal brasileira, assim resume a importância da família colonial: “A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos. Bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia mais poderosa da América. Sobre ela o rei de Portugal quase reina sem governar”. (FREYRE, 2001: 92). Este tipo de organização familiar exerceu profunda influência na formação social e cultural da população brasileira. O poderio do homem, resultou em atitudes como o machismo, a subserviência da mulher, a educação diferenciada de meninos e meninas, o preconceito e desrespeito contra empregados domésticos, mesmo quando estes não são mais necessariamente escravos. Trata-se de um modelo forte, que sem dúvida impregnou o pensamento cultural brasileiro, mas que não impediu o desenvolvimento de outras formas de organização familiar. A instituição familiar é essencialmente dinâmica, e este dinamismo tornou-se muito visível na segunda metade do século XX, não só no Brasil mas em praticamente todo o mundo ocidental.

A família tradicional foi adquirindo contornos nunca antes imaginados. As novas configurações da família levaram a sociedade, e inclusive os cientistas sociais, a anunciarem a falência desta instituição social. Mas não era o fim, e sim a prova da imensa capacidade criativa do ser humano de adequar-se a novas necessidades e novos valores. Os movimentos feministas que se iniciaram na década de 1950 na Europa, e logo chegaram ao Brasil, a entrada da mulher no mercado de trabalho, a mudança de valores na criação dos filhos, a quebra de tabus como a virgindade, a criação da pílula anticoncepcional, que propicia maior controle da mulher sobre seu corpo, os movimentos hippies (1960), que pregam o amor livre, a instituição do divórcio (1977) são alguns dos fatores que irão contribuir para as novas configurações de família.

A pesquisadora brasileira Elza Berquó, emprega em seus estudos uma nova terminologia: a de **arranjos familiares**, para denominar estas situações que refletem concepções de vida e estratégias de sobrevivência. Vejamos algumas destas permanências e mudanças. A família nuclear ainda predomina na sociedade brasileira, apesar do número de filhos ter diminuído consideravelmente. Se em 1940, a média era de 6,2 filhos por mulher, em 1991, caiu para 2,5. O número de divórcios e separações aumentou, como também o das uniões conjugais não-legalizadas. Muitos jovens hoje desejam “experimentar” a vida de casados antes de legalizar a união. Outros optam pela união livre, ou “viver juntos”, sem a preocupação de “prestar contas” à sociedade ou à Igreja. Apesar do número de pessoas casadas ser majoritária no cenário matrimonial, por outro lado têm decrescido as taxas de uniões legais (em 1979 atingia 7,83, e em 1994, passou a 4,96). Outro tipo de arranjo que tem crescido nos últimos anos é o de **famílias monoparentais** – quando um dos cônjuges vive com os filhos, com a presença ou não de outros parentes na mesma casa. Neste tipo de arranjo há um predomínio das mulheres chefes de família (em 1995 representavam 89,6%, em relação à 10,4% de homens na mesma situação). Essas mulheres são hoje predominantemente separadas ou divorciadas, o que não ocorria na década de 1970, quando eram principalmente viúvas. São muitos os fatores que contribuem para esta prevalência das mulheres chefes de famílias. Junto com o aumento do número de separações e divórcios, temos, historicamente, o fato de que as chances de recasamento das mulheres no Brasil são mais baixas que as dos homens, seja pelo fato do número de mulheres ser superior ao número de homens, seja pela tradição masculina de se casar com mulheres mais jovens. Outro fator refere-se à mortalidade masculina que é superior e mais precoce do que entre as mulheres, resultando, portanto, em muito mais viúvas do que viúvos (hoje a expectativa de vida entre os homens está em ascenção). Cabe também lembrar o aumento do número de mães solteiras nos últimos anos.

Um aspecto que caracterizou durante muito tempo este arranjo familiar e que hoje está se modificando, era seu atrelamento com a situação econômica da mulher. A pobreza parece estar nas causas e nas conseqüências desta situação de comando da família pela mulher. É muito mais freqüente encontrarmos nas camadas populares mulheres solteiras, viúvas ou separadas. A falta de dinheiro atinge de formas diferentes homens e mulheres. O homem tende muito mais a atitudes como sair de casa em busca de alternativas de trabalho – muitas vezes parte para outras terras e nunca mais retorna; acabando por perder o rumo de casa. Os conflitos constantes com a esposa devido às dificuldades em manter a família, algumas vezes chegam à violência, e também os levam a desistir, a abandonar o barco, ou o lar; isto sem contar os acidentes, sejam de trabalho, de trânsito, ou brigas de rua, que atingem muito mais os homens. Essas são algumas justificativas para o alto número de mulheres chefes de família entre as camadas populares. Mas essa situação está se modificando, e pode-se observar que o crescimento desse tipo de arranjo familiar tem atingido também mulheres das camadas médias. Essas cada vez mais têm obtido independência financeira suficiente para não manterem casamentos desequilibrados e instáveis. A antiga preocupação em não desfazer a família para manter as aparências tem deixado de existir.

Todas essas mudanças apontadas acima têm resultado em importantes modificações nos padrões de comportamento dos membros das famílias. A mulher, uma vez que desempenha papel fundamental no orçamento familiar, não aceita mais submeter-se aos desmandos do marido. Os filhos, por sua vez, conquistam mais voz e espaço para opinar e, principalmente, decidir os rumos da própria vida. A hierarquia tão presente nas famílias tem aos poucos sido substituída por relações mais democráticas. Se há meio século podíamos afirmar que a instituição familiar se sobrepunha ao indivíduo, ignorando sua vida privada e seus anseios, hoje o indivíduo tem mais condições de impor suas vontades no núcleo familiar, seja qual for sua posição. E permanece na família se esta lhe oferecer segurança, afeto e, principalmente, não interferir em sua vida privada. Caso contrário este irá procurar outros espaços e outras formas de relacionamento social. Falamos até aqui de famílias de sociedades tribais e de sociedades capitalistas. Mas se pesquisarmos a respeito de sistemas sociais distintos do capitalismo, como o socialismo e o anarquismo, iremos conhecer formas muito interessantes de conceber a instituição familiar.

Os adeptos do pensamento anarquista colocam-se contra todo e qualquer tipo de poder autoritário, que tenha como objetivos regulamentar e controlar a vida do indivíduo. Propõem portanto, a abolição do Estado e do governo, não importando quais fossem as suas formas; da Igreja, de qualquer credo religioso; do exército, das prisões, das escolas, tal como são organizadas, e também da família. Não eram contrários à existência da família, mas críticos da família legal, submetida aos desmandos da lei, do Estado e da Igreja. Os anarquistas criticavam principalmente o tratamento dado à mulher dentro do casamento e da família. A mulher tratada como propriedade do homem, como animal doméstico, submissa às vontades e caprichos dos filhos.

Numa sociedade libertária, homens e mulheres teriam os mesmos direitos e deveres, e jamais a vida conjugal e familiar poderia ser embasada na autoridade de um dos cônjuges. Segundo Malatesta “*(...)homens e mulheres na condição de seres humanos igualmente livres poderão, no futuro, celebrar uniões amorosas livremente, sem qualquer ingerência legal ou clerical, e o casamento consumado com base exclusivamente no amor recíproco deverá durar tanto quanto dure o amor*”. (Malatesta apud Luizzetto, 1987: 84.) Portanto, o movimento anarquista não colocava-se contra a família natural, mas sim da família legal, “*(...)fundada sobre o direito civil e sobre a propriedade, ao passo que o casamento religioso e civil seria substituído pelo casamento livre*”. (idem, p. 91).

Pois bem pessoal! Novamente falamos do amor como um sentimento que permeia as relações familiares. Lembram-se da imagem do casal da primeira página? “Que seja eterno enquanto dure...” o que lhe parece? Romântico e inconseqüente? Ou verdadeiro e responsável? Além dos jovens heterossexuais que buscam este tipo de casamento hoje, também não podemos omitir o crescente número de relacionamentos estáveis entre casais homossexuais. Estes casamentos estão quase sempre calcados na confiança e no compromisso mútuo, uma vez que poucos países reconhecem a legalidade destas uniões. Os grupos organizados de homossexuais têm obtido importantes conquistas referentes à adoções de filhos e à permissão da utilização de técnicas de inseminação artificial. Essas conquistas são o anúncio do aumento da tolerância por parte da sociedade e do Estado, assim como da consolidação de valores como o respeito às diferenças. Mais um indicativo de mudanças na organização da sociedade refere-se à opção que muitas pessoas fazem hoje de viverem sozinhas.

Viver sozinho não tem mais o caráter negativo que tinha anos atrás. O indivíduo que vivia sozinho era considerado anti-social, infeliz ou solitário. Hoje, muitas pessoas optam por viver sozinhas para garantir a privacidade, e poder escolher os momentos mais apropriados para estabelecer contatos com amigos e familiares. O modo de vida imposto pelas sociedades contemporâneas exige que estejamos constantemente nos relacionando com um grande número de pessoas (no trânsito, na escola, no trabalho, no comércio, etc.), o que se torna extremamente desgastante e cansativo. Este pode ser um dos motivos que levam algumas pessoas a refugiarem-se e buscarem novas energias na solidão, recusando o cotidiano familiar, que também impõe regras e exige atenção.

Não estamos falando aqui da famosa “solidão em meio à multidão”, da sensação de sentir-se sozinho mesmo estando cercado de pessoas, uma vez que estas pessoas não estão nem um pouco preocupadas se você vive ou deixa de existir. Também não estamos falando dos relacionamentos impessoais via Internet, que nos dão a falsa sensação de que não estamos sozinhos. Estas são situações que podem, inclusive, levar a doenças, como a depressão, e às quais estamos sujeitos se não estivermos atentos e não soubermos reagir contra valores da sociedade contemporânea que nos são constantemente impostos como o individualismo e a competição, por exemplo.

Enfim, para concluirmos este assunto, sobre o qual ainda há muito o que se discutir, cabe-nos novamente repetir que no âmbito deste tema – a família – não há verdades absolutas e muito menos modelos a serem seguidos obrigatoriamente. Podemos ter vindo de famílias mais rígidas, mais repressoras e controladoras de nossos pensamentos e ações. Assim, como podemos ter vindo de famílias mais abertas, equilibradas ou mesmo permissivas. É claro que estas condições nos deixam marcas, às vezes difíceis de serem superadas, mas o que importa é que a cada dia conquistamos mais liberdade para escolhermos a forma de convivência familiar que melhor se aproxima de nossas necessidades e desejos. Não somos mais obrigados a casar para responder às expectativas sociais, a ter filhos para provar que podemos ser pais ou mães, ou conviver com pessoas que não mais nos agradam. Podemos mudar nossas opções iniciais, e repensar nossa vida familiar de acordo com o nível de maturidade que estivermos vivendo. Desde que não nos maltratemos, e, mais do que isso, não façamos sofrer em demasia aqueles que um dia amamos (ou assim pensamos), estejam certos que “*qualquer maneira de amor vale a pena*” (C.Velozo).